

O LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA DO 4º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL: UM ENFOQUE SOB A HISTÓRIA DA ÁFRICA E DOS AFRO-BRASILEIROS

Tatiana Ferreira de Lima Brito (1); Lidiane Alves Soares (1); Rildo de Oliveira Fernandes (2); Ana
Cristina Silva Daxenberger (4)

Universidade Estadual da Paraíba – Campus III (NEABI/UEPB, tathattinha@hotmail.com)

Resumo: O Brasil é considerado o segundo maior país negro do mundo com 96.795.294 habitantes que se declaram negros. No entanto, esta população aparece nos livros didáticos apenas quando é retratado o tema escravidão, deixando de lado a importância e a contribuição do continente africano para a história da humanidade. Diante disso, o objetivo deste trabalho foi analisar como o livro didático de História do 4º ano do Ensino Fundamental, adotado por uma Escola na cidade de Caldas Brandão/PB, no período de 2013 a 2015, com o foco sobre como a História da África e dos afro-brasileiros é apresentada. A pesquisa é de natureza qualitativa e a pesquisa exploratória e descritiva. Os resultados e discussão trazem as nove Unidades que compõe o livro, sendo discutido cada um separadamente. Concluímos que houve na obra a preocupação em romper com a imagem de subordinação do negro e ela contribui para que os alunos se sensibilizem com os problemas decorrentes dos preconceitos raciais e passem a respeitar as diferenças.

Palavras-chave: livro didático, étnico-racial, estudo da África.

Introdução

De acordo com a pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2010, o Brasil é considerado o segundo maior país negro do mundo com 96.795.294 habitantes que se declaram negros. No entanto, esta população aparece nos livros didáticos apenas quando é retratado o tema escravidão, deixando de lado a importância e a contribuição do continente africano para a história da humanidade. Para Dias (2015, p. 39),

A educação, como todas as outras formas de organização de um povo, não traz questões para o seu interior que não decorram da sociedade onde está inserida. Por isso é importante localizar historicamente como o combate à discriminação, à intolerância, ao racismo e à xenofobia adentra o território da educação.

Diante da luta e de várias reivindicações do Movimento Negro, foram realizadas diversas discussões sobre a necessidade de repensar o currículo e introduzir conteúdos que não fossem discriminatórios. Dias (2015) traz um resumo dos marcos existente na luta do Movimento Negro: Conferência de Haia para a Paz realizada em 1899 que indica a necessidade de se constituir uma



cultura de paz; Liga ou Sociedade das Nações criada em 1919 com o objetivo de preservar a paz e assegurar o cumprimento das normas de direito internacional; Tratado de Versalhes em 1919; Carta das Nações em 1945 como uma tentativa de estabelecer parâmetros positivos de relacionamento entre os povos; Convenção relativa à luta Contra a Discriminação no Campo do Ensino em 1960 e o Brasil tornou-se signatário em 1968, por meio do decreto nº 63. 233. (DIAS, 2015 p. 42)

Declaração sobre Racismo e Preconceito Racial (1978); Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (1965); Declaração sobre os direitos das pessoas pertencentes a minorias nacionais ou étnicas, religiosas e linguísticas (1992); Declaração de Princípios sobre a Tolerância (1995); Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (2002) e a Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (2005), indicam o papel fundamental da educação em relação ao tema.

Após muitas lutas do Movimento Negro de forma internacional, aqui no Brasil segundo Dias (2015), a principal ação do Governo ocorreu na LDB nº 9394/96 que determina que o ensino de História no Brasil deva levar em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias. Em 2003 houve a alteração dos artigos 26-A e 79-B da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, por meio da Lei 10.639/03 tornando obrigatório o ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana no ensino fundamental e médio. Assim esta lei apresenta:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1o O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2o Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. (BRASIL, 2003)

A Lei 10.639/03 significa o reconhecimento da extrema importância de combater o preconceito, o racismo e à discriminação presentes no Brasil, com o intuito de reduzir as desigualdades sociais e raciais, e propõe novas diretrizes curriculares para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.

Com a Lei 10.639 em seu Art. 79-B foi instituído o dia Nacional da Consciência Negra, “Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como ‘Dia Nacional da Consciência Negra’ (BRASIL, 2003). Este dia foi instituído em homenagem ao dia da morte do líder quilombola





negro Zumbi dos Palmares e é marcado pela luta contra o preconceito racial, porém não devemos trabalhar a temática apenas neste mês é necessário trabalhar lá durante todo o ano letivo.

No ano de 2004 foi aprovada as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (DCNERER). A qual diz que:

A educação constitui-se um dos principais ativos e mecanismos de transformação de um povo e é papel da escola, de forma democrática e comprometida com a promoção do ser humano na sua integralidade, estimular a formação de valores, hábitos e comportamentos que respeitem as diferenças e as características próprias de grupos e minorias. Assim, a educação é essencial no processo de formação de qualquer sociedade e abre caminhos para a ampliação da cidadania de um povo. (BRASIL, 2004)

Diante disso, o objetivo deste trabalho foi analisar como o livro didático de História do 4º ano do Ensino Fundamental, adotado por uma Escola na cidade de Caldas Brandão – PB, no período de 2013 a 2015 apresenta o conteúdo de História da África e dos afro-brasileiros, destacando sua influência na formação dos alunos e na reprodução de conteúdos discriminatórios ou não.

Metodologia

O livro didático de História do 4º ano do ensino fundamental utilizado pela escola e foco de análise nesta pesquisa está no Guia de Livros Didáticos PNLD. O livro é de autoria de Tavares e Cavalcante (2011) e seu título é “A Escola é Nossa”, e faz parte da Coleção a escola é nossa.

Em um primeiro momento foi realizada uma pesquisa documental relacionada à temática em questão, fundamentada em documentos oficiais: Lei 10.639/03, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais, os quais serviram de fundamentos legais e filosóficos para a análise.

A pesquisa é de natureza qualitativa, exploratória e descritiva. O livro foi analisado de acordo com três aspectos principais, delimitando assim o estudo. Sendo eles:

De que forma é retratado o continente africano;

De que forma é analisada as contribuições culturais, sociais e políticas que esses povos trouxeram ao Brasil;

De que forma a figura dos africanos e afro descendentes é exposta no livro.

Resultados e Discussão





O livro traz em sua capa a figura de uma Escola, com uma árvore ao lado e uma criança negra fotografando a paisagem. Junto da criança existe um gato que parece observar o que o menino faz. A figura nos faz pensar que no decorrer do livro teremos uma boa discussão sobre a História da África e dos afro-brasileiros e uma possibilidade inovadora da representação da população negra, por apresentar já na capa a ilustração de uma criança negra.



Figura 1: Capa do Livro utilizado na pesquisa.

Na Unidade 1, cujo título é: Participando da História, as autoras fazem uma introdução do que é a disciplina e falam um pouco sobre as fontes históricas. Para Fonseca (2006, p.89):

“[...] a história tem como papel central a formação da consciência histórica dos homens, possibilitando a construção de identidades, a elucidação do vivido, a intervenção social e praxes individual e coletiva.”

Na página 6 existem imagens de diversos povos, porém dentro da unidade as autoras não abordam nenhuma delas, trazendo a discussão no decorrer das unidades.

Na Unidade 2, cujo título é: Os Povos Indígenas, nas páginas 14 e 15 existem uma figura do que seria uma aldeia indígena e um pequeno poema que fala sobre os mesmos.

Na página 16 as autoras afirmam que estudar a história desses povos é conhecer uma parte importante da história do nosso país. Isto coaduna com as ideias de Barbosa que afirma que:

“[...] ensino de história local ganha significado e importância no ensino fundamental, exatamente pela possibilidade de introduzir e de prenunciar a formação de um raciocínio histórico que contemple não só o indivíduo, mas a coletividade, apreendendo as relações sociais que ali se estabelecem, na realidade mais próxima” (Barbosa, 2006, p. 57).

Barbosa (2006) mostra a relevância de se conhecer a história de seu povo, no ensino fundamental, assim conhecendo sua própria história. Demonstra-se preocupação para que os alunos compreendam as diferenças entre as sociedades assim como as semelhanças entre os diferentes, com a valorização do papel dos indígenas na sociedade contemporânea.



Na Unidade 3, cujo título é: Portugueses em Terras Indígenas, as autoras relatam um pouco da história de como os portugueses se relacionaram com os indígenas. Estas duas unidades, mesmo que de forma superficial relatam um pouco da história dos Índios e de sua influência na cultura brasileira, cumprindo com o que descreve as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (DCNERER), a qual diz que:

O ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana é um meio privilegiado para a educação das relações étnico-raciais e tem por objetivo o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afros-brasileiros, garantia de seus direitos de cidadãos, reconhecimento e igual valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, europeias, asiáticas. (Brasil, 2004)

Na Unidade 4, com o tema Da África para o Brasil, as autoras abordam a diversidade existente na África, falam de seus reinos e impérios, de como se tornaram escravos e dos afro-brasileiros. Existem algumas figuras que relatam, principalmente, a vida dos negros como escravos. Ao falar sobre os afro-brasileiros as autoras mostram a figura de um gráfico que corresponde à composição da população brasileira, o mesmo nos faz entender que grande parte da população do Brasil é composta por descendentes de africanos. Devido a miscigenação no Brasil, o mesmo passou por momentos de racismo e de preconceito ao longo de várias décadas e atualmente já alcançaram vários objetivos para minimizar o preconceito com os que são descendentes de africanos, no entanto, ainda temos o mito da democracia racial presente em nosso país.



Figura 2: Gravura do artista, Johann Moritz Rugendas, representando mercado de africanos escravizados. (Imagem retirada do livro didático em análise, p. 42)

Na página 38 as autoras falam o quanto é importante o resgate das raízes africanas, tanto para a valorização das diferentes culturas existentes no Brasil, quanto para contribuir com a erradicação do preconceito e da discriminação que ainda existem em nossa sociedade. Percebe-se a

preocupação das autoras em cumprir com um dos princípios das DCNERER, o qual diz que devemos ter a compreensão de que a sociedade é formada por pessoas que pertencem a grupos étnico raciais diferentes e que possuem cultura e histórias próprias, igualmente valiosas para a construção da nação brasileira e da nossa história.

Na Unidade 5, com título Africanos no Brasil, as autoras relatam a vida dos africanos como escravos nos engenhos, falam sobre o trabalho escravo doméstico o qual muitas mulheres africanas eram encarregadas de amamentar os filhos dos senhores de engenho. Ainda nesta Unidade é abordada a luta dos africanos e de seus descendentes, falam de seu líder Zumbi e do maior quilombo que existiu no Brasil o Quilombo dos Palmares, de suas conquistas como a lei aprovada na Constituição Federal de 1988, a qual considera o racismo crime inafiançável e da importância do dia 20 de novembro. Assim como também é relatada a influência africana na cultura brasileira, nos diferentes segmentos, como: nas comidas, nas danças, nos instrumentos musicais, na moda Etc. Percebemos que as autoras se preocuparam em destacar as contribuições da África, não se restringindo apenas a escravatura e abolição como muitos outros livros que não valorizam as questões afro-brasileiras.



Figura 3: Fotografia que retrata uma ama de leite com o filho de seus senhores. Figura 4 Pintura do artista brasileiro Antônio Parreiras em 1927, é uma representação de Zumbi. (Imagens retiradas do livro didático em análise, p. 46 -47)

As autoras mostram imagens que fazem com que as crianças percebam as influências que os africanos trouxeram para a nossa cultura e cumprem com um dos objetivos das DCNERER, o qual diz que, deve existir a valorização da oralidade, da corporeidade e da arte, como a dança, marcas da cultura de raiz africana, ao lado da escrita e da leitura (figuras 3, 4 e 5).

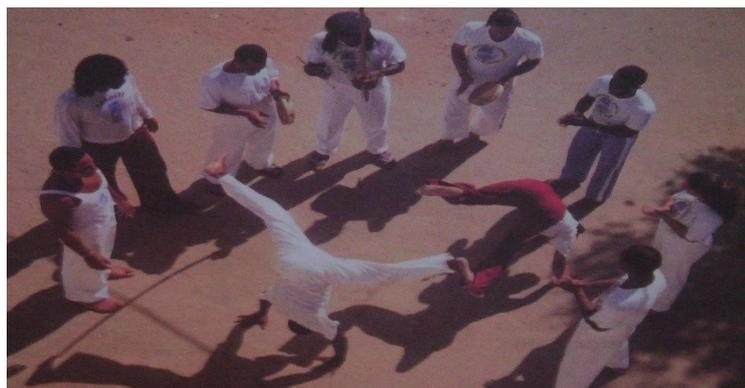


Figura 5: Fotografia retrata uma roda de capoeira em Salvador, Bahia. (Imagem retirada do livro didático, p. 49)

A Unidade 4 e 5 se fazem importantes na formação dos educandos, pois:

Não nascemos racistas, mas nos tornamos racistas devido a um histórico processo de negação da identidade e de “coisificação” dos povos africanos. A luta contra o racismo, em nosso país, vem possibilitando que sejam discutidos temas significativos para a compreensão de todo esse processo, mostrando a resistência dos africanos e seus descendentes, que não se submeteram à escravidão, que se rebelaram e que conseguiram manter vivas as suas tradições culturais. (SECAD, 2006, p. 58).

As Diretrizes destacam com relação ao combate ao racismo para as relações étnico-raciais que,

[...] Entre os negros, poderão oferecer conhecimentos e segurança para orgulharem-se da sua origem africana; para os brancos poderão permitir que identifiquem as influências, a contribuição, à participação e a importância da história e da cultura dos negros no seu jeito de ser, viver, de se relacionar com as outras pessoas, notadamente as negras. (BRASIL, 2004, p.16).

Na Unidade 6, Do Litoral para o Interior, as autoras falam da importância que o litoral do Brasil tinha para os portugueses, pois o solo e o clima favoreciam o cultivo da cana e ao longo da unidade as autoras falam como os portugueses foram migrando para o interior do país em busca de minerais preciosos e sobre o surgimento de várias cidades. Na página 60 observamos que além dos escravos africanos que já trabalhavam nos engenhos, foram trazidos milhares de novos escravos da África para trabalhar nas minas. Assim a colonização portuguesa na América foi montada e representada pelo tripé da monocultura, do latifúndio e da escravidão. (RANGEL, 1993).

Na Unidade 7, A Vida nas Vilas e nas Cidades Mineiras, é retratada como viviam os mineradores e outras pessoas que viviam nas vilas, como os escravos africanos que eram responsáveis pela maior parte dos trabalhos. Na página 70 e 71 podemos observar que apesar de trabalharem como escravos, os africanos mantiveram vivas suas origens africanas, as autoras além de falarem sobre o assunto nos mostram imagens, deixando claro sua preocupação em retratar os povos africanos e suas diferentes culturas.



De acordo com o SECAD (2006), não podemos esquecer que os povos africanos foram escravizados no Brasil por muito tempo, porém é preciso lembrar sempre que, apesar das diversas condições que os mesmos foram expostos, suas expressões culturais africanas não sucumbiram, elas fizeram e se fazem presente na construção da nossa cultura brasileira.

Estudar os temas sobre a história e cultura afro-brasileira e africana não se restringe à população negra, diz respeito a todos nós, devem educar-se enquanto cidadãos atuantes no seio de uma sociedade multicultural e pluriétnica, capazes de construir uma nação democrática. (BRASIL, 2004). A unidade ainda relata a luta pelo fim da escravidão e o nascimento do chamado Movimento Abolicionista, com a apresentação de uma fotografia, de Luis Ferreira, que mostra a população do Rio de Janeiro comemorando o fim da escravidão.



Figura 6: Pintura de Carlos Julião representando uma festividade de origem africana realizada na região das minas. (Imagem retirada do livro didático, p. 70)

Na Unidade 8, Como Destino à América, as autoras abordam o tema imigração, relata a vida de imigrantes que vieram para o Brasil trabalharem nas lavouras de café e nas fábricas, abordando o tema no passado e na atualidade, mostrando a herança que os mesmos trouxeram para o Brasil, seja na culinária, na dança, na música ou nos esportes.

Na Unidade 9, Gente de Diferentes Lugares, as autoras abordam o tema migração, relatando as idas e vindas de povos pelo Brasil em busca de uma vida melhor. Ainda trazem, nas páginas seguintes, sobre a importância da população nordestina para o Brasil, trazendo imagens de pessoas importantes na construção da nossa cultura. Mostrando mais uma vez a preocupação das autoras com a realidade dos educandos, tendo em vista que muitas crianças nordestinas possuem parentes em outras localidades do Brasil, que foram em busca de melhores condições de vida. Portanto hoje percebemos a mudanças de localidades pelas pessoas em buscam de melhores condições de vida, deixando seus locais de origem pra residir em cidades grandes. O cenário atual de um país

republicano e democrático perdura o desafio de enfrentamento das desigualdades sociais e raciais, no qual pobres e afrodescendentes transformam-se em sujeitos políticos, mas ainda carecendo de inserção social para legitimar a Nação brasileira. (JACCOUD, 2008).

De acordo com Gonçalves (2016) os livros didáticos devem contemplar as questões de etnia, multiculturalismo e culturas locais, para que não atuem como precursor de preconceitos por meio das ideologias que trazem em seus discursos. Sendo assim, o livro em questão além de não ser um livro que tenta embranquecer a população brasileira, como podemos observar em sua capa, ele traz em seus conteúdos imagens e falas que desmistificam a ideia de que os povos africanos se submeteram a escravidão.

As autoras reconhecem a diversidade existente na sociedade brasileira trazendo imagens de povos variados e não apenas brancos como observamos em alguns livros didáticos e se preocupam em trazer suas culturas, suas contribuições e suas lutas na construção de uma sociedade mais igualitária.

Nas páginas finais do livro as autoras trazem um glossário com as palavras que muitas vezes não fazem parte do cotidiano dos alunos, além de sugestões de leitura que vão ajudar os educandos a ampliar os seus conhecimentos e proporcionar momentos de diversão extraclasse.

Considerações finais

Podemos concluir que o livro trata da presença dos negros, dos brancos e também as contribuições que o povo africano. Como o livro didático tende a contribuir para a diminuição e/ou erradicação do sentimento de valorização da cultura, constatamos que esta obra assume seu papel social ao apresentar uma histórica mais crítica e de valorização da diversidade racial nas escolas.

A utilização de diversas imagens e de uma linguagem compreensível pode contribuir para despertar o interesse dos alunos em relação à História da África e dos afro-brasileiros. Nota-se a preocupação das autoras em cumprir com o que diz a Lei 10.639/03 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (DCNERER), pois as mesmas trazem em seus conteúdos a diversidade e a contribuição dos povos africanos para a cultura brasileira, além de falar da diversidade que existe na África.

Os conteúdos do livro didático estudado remetem a realidade e o cotidiano dos alunos que o utilizam, tendo em vista que a maior parte da população do Brasil é negra e agem de forma positiva na atuação das proposições da educação das relações étnico-raciais. E ao falar do Nordeste em si,

as autoras trazem à tona a realidade de muitos alunos, que vêm seus parentes migrando para outras regiões do país.

A análise do livro nos permite afirmar que houve o cumprimento da legislação específica, mesmo que de forma simplificada, tendo em vista que o livro é direcionado para crianças do 4º ano do ensino fundamental. Houve a preocupação das autoras em romper com a imagem de subordinação do negro e contribuir para que os alunos se sensibilizem com os problemas decorrentes dos preconceitos raciais e passem a respeitar as diferenças.

Apesar de ser um bom livro, o docente que o utiliza não pode se deter apenas a ele. É preciso trazer outros textos e outras imagens para desenvolver melhor o pensamento crítico dos alunos sobre o ensino da história e da cultura africana, no Brasil.

Referências Bibliográficas

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC, 2004.

_____. **Lei 10.639/2003** altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em 15 ago. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/pais/mat/2011/04/29/censo-2010-populacao-do-brasil-deixa-de-serpredominantemente-branca-924352875.asp>. Acesso em 15 ago. 2016.

DIAS, R. L.; **Políticas Públicas Voltadas para as Diversidades: A Igualdade Racial na Educação Infantil** – Um Caminho a ser Percorrido. *Cadernos Imbondeiro*. João Pessoa, v. 4, n. 2, dez. 2015.

GONÇALVES, Luciane Ribeiro Dias. **Educação para as relações étnico-raciais e combate ao racismo: imagens de livros didáticos**. in Revista Educação e Trabalho: João pessoa: UFPB, 2016, N° 44.

JACCOUD, Luciana. **Racismo e República: o debate sobre o branqueamento e a discriminação racial no Brasil**. In: Theodoro, Mário (Org.), *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição*. Brasília: IPEA, 2008.



II CINTEDI
II CONGRESSO INTERNACIONAL DE
EDUCAÇÃO INCLUSIVA
II Jornada Chilena Brasileira de Educação Inclusiva

16 a 18
NOVEMBRO
2016
LOCAL DO EVENTO
CENTRO DE CONVENÇÕES
RAYMUNDO ASFORA
GARDEN HOTEL
CAMPINA GRANDE-PB

Ministério da Educação / Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.

Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais. Brasília: SECAD, 2006.

RANGEL, I. 500 anos de desenvolvimento da América e do Brasil. **Revista Geosul**, ano VII, n. 15. Florianópolis, 1993.

TAVARES, R. A. A. **A escola é nossa: história**, 4º ano/ Rosemeire Aparecida Alves Tavares, Maria Eugênia Bellusci Cavalcante. – São Paulo: Scipione, 2011. – (Coleção a escola é nossa)



